

A INCLUSÃO E O ÊXITO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL EM MOSSORÓ-RN

Antonio Edson Oliveira Honorato¹; Lidiany Freire da Silva²

(1) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, antonio.oliveira@ufersa.edu.br

(2) Universidade Federal Rural do Semi-Árido, lidianyfreire@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar as percepções e experiências de professores da educação especial com relação às dificuldades vivenciadas no processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência. Para isso foi realizado um estudo de caso na Escola Estadual de 1º Grau Prof. Hermógenes Nogueira da Costa, em Mossoró-RN, junto a cinco professoras que trabalham com educação especial de alunos com deficiência na referida escola. Os resultados da pesquisa mostram que a Escola pesquisada possui alguns problemas de infraestrutura que acabam por dificultar o trânsito de alunos com deficiência física. Constatou-se também que há falta de investimento na aquisição de materiais e instrumentos, tecnológicos ou não, para serem utilizados como apoio ao ensino dos alunos. As professoras entrevistadas relataram que acreditam na possibilidade de êxito escolar dos alunos com deficiência, seja para dar prosseguimento ao ensino básico, fundamental e médio, mas também o superior. Contudo, elas reconhecem que há ainda muitos desafios e barreiras no caminho da educação inclusiva, e que devido a este fato nem todos conseguem tal êxito. Por fim, ressalta-se a importância da discussão de políticas públicas que visem o melhoramento das metodologias de ensino, da estrutura de escolas a fim de atender as necessidades dos alunos com deficiência, bem como o investimento em qualificação de professores para atuarem na educação especial de alunos com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Especial; Alunos com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, nas últimas décadas, sobretudo no final do século XX, acerca dos direitos sociais, buscando sua efetivação, de modo que nossos direitos, como cidadão, sejam respeitados e valorizados. Essa discussão tem ganhado força nos debates educacionais, especialmente, no que se refere ao cumprimento dos direitos sociais para garantir ao cidadão, o direito à educação (SANTOS, 2010).

O capítulo II da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), no seu artigo 6º, pontua: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Por coincidência ou não, o legislador apontou o direito à educação em primeira ordem. Avaliando isso, como uma possível ação proposital, verifica-se a importância dada à educação pela lei fundamental e suprema do país.

Vejam, contudo, que esta importância dada à educação, pela Constituição, veio em 1988. Antes disso, segundo Cury (2008, p. 295), o direito ao conhecimento foi negado, por séculos, de forma elitista e seletivo aos cidadãos brasileiros. Por isso, segundo ele, a educação básica é um conceito mais do que inovador, que abrange três etapas: educação infantil, ensino fundamental obrigatório e ensino médio, progressivamente obrigatório. “Resulta daí que a educação infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento”.

Historicamente, essa questão da elitização das escolas, também foi tratada por Bourdieu e Champagne (2001, p. 481), que definiram os estabelecimentos de ensino secundário franceses, até o final dos anos 50, como estabelecimentos fundados na eliminação precoce e brutal dos jovens vindos de famílias menos favorecidas. “A seleção, baseada na ordem social, era em geral aceita pelas crianças que a padeciam, e pelas famílias, já que parecia fundada unicamente sobre os dons e os méritos dos escolhidos [...]”. O que acontecia era que, aqueles que a Escola não queria acabavam se convencendo de que não queriam a Escola, isso graças à própria Escola.

Falamos em exclusão escolar, nesse caso, os excluídos por questões sociais. Mas há também o caso das crianças excluídas pelo sistema educacional, devido à atenção especial que necessitavam. De acordo com Miranda (2003), na história dos países da Europa e América do Norte, podemos identificar quatro estágios no desenvolvimento do atendimento às pessoas que apresentam deficiências.

O primeiro estágio é marcado pela negligência, na era pré-cristã, em que não havia qualquer atendimento especial, os deficientes eram abandonados e excluídos, devido suas condições atípicas, essas ações eram consideradas normais. O segundo estágio, entre o século XVIII e meados do século XIX, é a fase da institucionalização, onde os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. No terceiro estágio, já no final do século XIX e meados do século XX, tem-se o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, oferecendo ao deficiente uma educação à parte. Finalmente, no quarto estágio, por volta da década de 70, surgem os movimentos de integração social dos indivíduos que apresentam deficiência, tendo como objetivo integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa sem deficiência. (MIRANDA, 2003).

Para Mantoan (2003), a exclusão escolar se manifesta sob diversas formas, sendo que o que está em jogo, quase sempre, é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade

do saber escolar. A autora defende que, apesar da escola ter se democratizado abrindo-se para novos grupos sociais, ela não se abriu para os novos conhecimentos. Por isso então, acaba por excluir os que ignoram o conhecimento que ela valoriza, e entende que a democratização seria a massificação do ensino, não se advertindo a criar a possibilidade de diálogo entre os diferentes lugares epistemológicos; ou seja, a escola evita se abrir aos novos conhecimentos que não couberam dentro dela.

Já a inclusão, como afirma Ropoli et al. (2010), busca romper os paradigmas que sustentam esse conservadorismo dentro das escolas, contestando, assim, os sistemas educacionais em seus fundamentos. “Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão” (ROPOLI et al., 2010, p. 7).

Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas (ROPOLI et al., 2010, pp. 8-9).

No Brasil, é a partir de 1990 que a inclusão escolar de alunos com deficiência começa a tomar forma, sobretudo devido ao fato de que, neste período, este assunto estava sendo amplamente difundido por órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (BEZERRA; ARAÚJO, 2011).

Em nosso país, contudo, algumas ambiguidades nos textos jurídicos motivaram um atraso significativo nesse processo, de maneira que a inserção obrigatória de crianças com deficiência intelectual em escolas regulares só tomou proporções relevantes na primeira década do século XXI, com a implantação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e o estabelecimento definitivo de uma Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em janeiro de 2008 (BEZERRA; ARAÚJO, 2011, p. 278).

Levando em consideração esta inclusão tardia das crianças com deficiência ao ensino básico no Brasil, esta pesquisa tem como objetivo verificar as percepções, experiências, bem como os desafios vivenciados na rotina diária de professores de atendimento especializado

para garantir o êxito escolar de alunos com deficiência em uma Escola Estadual de Ensino Básico em Mossoró-RN.

A exploração desses desafios é importante ser discutida e debatida para que haja a apresentação e difusão das diferentes metodologias utilizadas por professores para garantir um ensino básico de qualidade e de acordo com as necessidades individuais de alunos com deficiência, de forma que estes alunos possam ter assegurados seu direito à educação.

Além disso, é importante que se mantenha entre os profissionais da área uma rede de colaboração e troca de informações sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) para que seja formada uma rede de ensino mais atuante no que se refere ao desenvolvimento de alunos com deficiência, assegurando-lhes igualdade entre os demais alunos.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem esta pesquisa é caracterizada como descritiva, visando analisar e interpretar aspectos mais profundos sobre o tema apresentado. A pesquisa descritiva segundo Casarin e Casarin (2011) trata-se de uma pesquisa que procura caracterizar e identificar atitudes, opiniões ou crenças de um determinado grupo ou população.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso, conforme Cervo, Bervian e Silva (2006) e Prodanov e Freitas (2013), consiste na coleta e análise de informações sobre um indivíduo, família, grupo ou comunidade específica, com finalidade de estudar os variados aspectos da vida, de acordo com o tema da pesquisa.

O estudo de caso foi realizado, em maio de 2018, junto a uma professora de atendimento especial e quatro professoras auxiliares da Escola Estadual de 1º Grau Professor Hermógenes Nogueira da Costa, localizada em Mossoró, interior do Estado do Rio Grande do Norte. Neste trabalho os profissionais participantes serão tratados como P1 (professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE) e A1, A2, A3 e A4 (professoras auxiliares).

Para coleta de dados fez-se uso do questionário e da entrevista semiestruturada. O questionário pode ser definido como uma técnica de investigação composta por um conjunto de perguntas que são submetidas a pessoas, a fim de obter informações sobre conhecimentos, experiências, comportamentos, interesses, entre outras (GIL, 2008). Por meio da entrevista, segundo Gil (2008), pode-se conseguir uma visão geral do problema, bem como a livre

opinião do entrevistado a respeito do assunto. A entrevista estruturou-se sob cinco tópicos, que serão discutidos a seguir, sendo os seguintes: o que significa inclusão; como se desenvolve a inclusão na escola pesquisada; se a inclusão está sendo aplicada da forma que deveria; as dificuldades vivenciadas pelos professores que trabalham no ensino de alunos com deficiência; e por último, a questão do êxito escolar de alunos com deficiência.

Complementando a entrevista, realizou-se a observação *in loco*, a fim de analisar a rotina diária e as metodologias de ensino desenvolvidas pelos professores de educação especial para com os alunos. Neste momento foi possível verificar a estrutura da escola, o atendimento aos alunos, bem como os recursos didáticos que são utilizados para o desenvolvimento de atividades junto aos alunos da educação especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola pesquisada possui no total 25 alunos com demandas educacionais especiais, com idades entre 6 e 12 anos, sendo 14 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Destes alunos, dois possuem Transtorno do Espectro do Autismo, dois alunos com Deficiências Múltiplas, dois alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), um aluno com Síndrome de Down, um aluno com baixa visão, um aluno com esquizofrenia e outros 16 alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, mas ainda não tiveram suas deficiências diagnosticadas.

Quanto aos entrevistados, P1 atua como professora há 28 anos, sendo 14 anos na educação especial, formada em Pedagogia com especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE). A participante A1 é professora há um ano e cinco meses e trabalha na educação especial há nove meses, é pedagoga e especialista em Educação Especial e Inclusiva. A professora auxiliar A2 trabalha como professora há dez anos, estando há um ano na educação especial, é formada em Letras e em Pedagogia com especialização em AEE. A professora A3 é professora há oito anos e atua na educação especial há seis meses, é formada em Pedagogia. E a professora A4 é professora há 13 anos e trabalha na educação especial há três meses, formada em Pedagogia. A seguir será tratada algumas questões que fizeram parte das entrevistas.

A) O que significa inclusão

Os objetivos da Educação Especial são bastante similares com os da educação geral, sua finalidade é possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais das crianças com deficiência (UNESCO, 1968). Sobre o significado de inclusão os resultados das entrevistas mostraram que as professoras participantes veem a inclusão como um ato de possibilitar que o aluno participe de todo o contexto escolar, como pode ser visto na declaração de P1:

“Na minha opinião a inclusão escolar se dá quando o aluno é incluso em todo o contexto escolar ou seja, atividades adaptadas, barreiras arquitetônicas, ser incluídos nas atividades de sala e extra sala.” (Entrevista P1)

As professoras A1, A2 e A3 também demonstraram pensamentos neste sentido, em que as crianças com deficiências devem ser totalmente inseridas nas atividades da turma, participando ativamente de todo o contexto escolar proposto aos demais alunos.

“Inclusão é o ato de incluir as pessoas, com Necessidades de Educacionais Especiais, na escola e na sociedade, fazendo com que sejam integrantes e participantes.” (Entrevista A1)

“Inclusão é permitir que o outro participe ativamente das atividades desenvolvidas, seja na escola ou em qualquer ambiente social.” (Entrevista A2)

“Inclusão é quando incluímos todas as crianças, sendo crianças com deficiência ou não, no mesmo espaço em qualquer atividade.” (Entrevista A3)

B) Como se desenvolve a inclusão na Escola pesquisada

Percebeu-se durante a entrevista que a Escola, apesar de contar com um bom número de pessoas com conhecimento sobre inclusão, há limitações tanto na arquitetura, podendo tornar o acesso dificultado a alunos com deficiência física, quanto com a própria atitude de alguns funcionários que têm maior dificuldade em lidar com as crianças que possuem deficiências, como expõe a professora A2.

“Na Escola vejo que há um bom número de profissionais que conhece sobre inclusão e que busca sempre fazer o possível para que a mesma aconteça. Reconheço que temos muitas limitações, haja vista a questão arquitetônica e também atitudinal de alguns profissionais, mas percebo que na sua maioria buscam sempre incluir os alunos nas atividades e respeitam suas especificidades.” (Entrevista A2)

Nessa escola há quatro professoras auxiliares que dão apoio às professoras do ensino regular, nas salas que possuem alunos com deficiência. A estrutura da escola conta com uma Sala de Atendimento Especializado, que funciona como um polo que atende também a alunos de diversas outras escolas. Nesta sala são desenvolvidas atividades apenas com os alunos com deficiência e/ou com dificuldades acentuadas de aprendizagem. Na sala atuam duas professoras de Atendimento Educacional Especializado e o horário de atendimento e quantidade de alunos por atendimento depende da deficiência do aluno.

C) A inclusão está sendo aplicada como deveria?

Segundo Reis e Ross (2008), nos documentos que tratam sobre a educação especial, o princípio da inclusão é o eixo norteador e aquele tipo de atendimento que segrega o indivíduo com deficiência, deve ser evitado. Ou seja, as escolas devem trabalhar no sentido de incluir os alunos com deficiência nas rotinas da sala de aula regular, e não em turmas segregadas, que separam aluno com e sem deficiências. Contudo, as professoras entrevistadas não acreditam que a inclusão dos alunos com deficiência está sendo aplicada da maneira que deveria. Como pode ser visto nos comentários de P1, A2 e A3.

“Ainda há muito caminho para percorrer como a conscientização de muitos profissionais, necessidade de professor auxiliar, formação para professores e políticas públicas com melhorias.” (Entrevista P1)

“Infelizmente (a inclusão) ainda não está sendo aplicada como deveria. Pois falta investimento por parte da gestão pública e formação para os profissionais da educação.” (Entrevista A2)

“É um longo caminho, infelizmente muitas pessoas, às vezes, a própria família exclui crianças com deficiência, negando a elas o direito de estudar, de brincar, de melhorar vários aspectos através do atendimento especializado.” (Entrevista A3)

Neste sentido, Miranda (2003, p. 6) diz que: “A literatura evidencia que no cotidiano da escola os alunos com Necessidades Educacionais Especiais inseridos nas salas de aula regulares vivem uma situação de experiência escolar precária ficando quase sempre à margem dos acontecimentos e das atividades em classe [...]”. Isso acontece porque, segundo ela, muito pouco de especial é feito observando as diferenças de cada aluno.

D) Dificuldades vivenciadas no trabalho com alunos com deficiência

Silva (2011) aponta em sua pesquisa que a qualificação dos professores seria um dos problemas cruciais para o desenvolvimento de uma educação inclusiva com qualidade. Os professores que participaram daquela pesquisa demonstraram que não se sentiam seguros para desenvolver um bom trabalho, isso devido ou ao fato da falta de investimento em preparação dos professores para atuarem na educação especial, ou ainda por causa da falta de materiais para trabalhar o desenvolvimento dos alunos com NEEs.

Neste contexto, a professora P1 ressalta que há diversas dificuldades enfrentadas para trabalhar com alunos com deficiência, no seu comentário ela pontua algumas:

“São várias dificuldades: a dificuldade de aceitação pelos familiares sobre a deficiência dos filhos, alguns professores que resistem para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais, falta de material e recursos com tecnologia, dentre outros”.
(Entrevista P1)

Segundo a professora A1 a maior dificuldade seria a própria falta de recursos para trabalhar, tornando mais difícil executar um bom trabalho. Já a professora A4, comenta que falta uma orientação inicial ao professor para que ele tenha capacidade de trabalhar com alunos com diferentes deficiências. Tendo este fato, também já sido apresentado por Sant’Ana (2005, p. 231):

O relato dos participantes evidenciou a preocupação com a falta de orientação no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais. Mesmo aqueles profissionais que recebem ou receberam algum tipo de orientação afirmaram que o que está sendo feito não é suficiente para atender às demandas surgidas durante o processo inclusivo.

Além da falta de recursos, a professora A2 expõe também a dificuldade de, em alguns casos, estimular o aluno deficiente a participar das atividades:

“Uma das dificuldades que sinto, pelo menos com o meu aluno, é a falta de interesse dele em aprender, já fiz e faço diversas tentativas com materiais pedagógicos diferentes, mas mesmo assim não o interessa”. (Entrevista A2)

Também podemos tratar como dificuldade o fato relatado por algumas das professoras entrevistadas, ao afirmarem que ainda é frequente na escola pais que não aceitam a deficiência do filho, tornando a relação entre a escola, alunos e pais mais difícil. Isso pode ser visto nos comentários de P1, A1 e A3, ao serem questionadas sobre a participação dos pais na escola.

“Alguns (pais) participam, outros ainda resistem a aceitar a deficiência do filho. Alguns encontram dificuldades para adquirir um laudo médico com o profissional da área e desistem e alguns batalham mais, não desistem e conseguem”. (Entrevista P1)

“É relativo (a participação), uns são mais participativos e conscientes, outros não. Tem os que não aceitam (a deficiência)”. (Entrevista A1)

“Alguns pais que sabem e aceitam a condição de seu filho faz tudo para integrá-lo e receber o devido tratamento, ajudando no que for preciso. Mas tem outros que não aceitam e não procuram o atendimento especializado adequado para um melhor desenvolvimento da criança.” (Entrevista A3)

E) O êxito escolar de alunos com deficiência

As professoras participantes A1 e A2 veem a questão do êxito escolar de alunos com deficiência como algo que já avançou muito, mas que ainda precisa melhorar. A professora A1 acredita que a política de inclusão é perfeita na teoria, mas na prática surgem diversos problemas que de certa forma destoam do que defendem os programas de inclusão. A professora A2 avalia que quando o aluno tem um professor auxiliar para ajudá-lo em sala, seu desenvolvimento é melhor.

“Acredito que com a presença dos professores auxiliares esse quadro mudou muito, pois o aluno agora tem direito a um profissional que o ajuda nas atividades de forma individual e isso tem feito com que o aluno avance um pouco mais, contudo muita coisa ainda precisa mudar, porém acredito que o aluno que tem auxiliar em sala tem avançado consideravelmente, levando em consideração seus limites e potencialidades”. (Entrevista A2)

Com relação a igualdade de oportunidades entre alunos com e sem deficiência, a professora P1 entende que, por meio do ensino inclusivo, eles podem ter as mesmas oportunidades, isso se o aluno com deficiência for avaliado por suas potencialidades e não pelas dificuldades. Já a professora A1 não acredita que eles possuam as mesmas oportunidades, mas considera o ensino inclusivo como um avanço para a educação do aluno com deficiência. E a professora A2 diz que cada aluno, deficiente ou não, irá avançar de acordo com suas possibilidades e limitações.

“Eu acredito que com a inclusão no ensino o aluno avança de forma respeitosa e de acordo com seus limites e possibilidades, as oportunidades existem para todos, se as adequações forem feitas, independente do espaço em que estejam irão avançar, porém cada um dentro das suas possibilidades”. (Entrevista A2)

Os alunos da escola pesquisada são avaliados por meio de atividades adaptadas, observações e pelo laudo médico. O avanço do aluno a série seguinte é feito de forma compulsória até o terceiro ano, ou seja, os alunos com deficiência, obrigatoriamente, não são reprovados; a partir do quarto ano, há reprovação, mas apenas para os alunos que não possuem laudo médico, os alunos com laudo continuam sem serem reprovados. As professoras entrevistadas, no geral, concordam com essa forma de avaliação.

“Avaliamos os alunos baseado no potencial de cada um através da adaptação das avaliações, e também temos em anexo o laudo médico do estudante”. (Entrevista P1)

“Até o terceiro ano não há reprovação, a partir do quarto ano as atividades avaliativas são adaptadas, os alunos com laudos não são reprovados. Concordo com o critério, acho necessário”. (Entrevista A1)

“Sabemos que o Estado do Rio Grande do Norte trabalha com ciclos, então os alunos não podem ser retidos até chegar ao quarto ano, passando dessa fase sabemos que há um documento a nível estadual que assegura ao aluno com deficiência e que tenha laudo o avance para a série/ano seguinte. Acho que devemos olhar acima de tudo em que o nosso aluno avançou, pois sabemos que a depender da deficiência ele não irá aprender tudo que foi ensinado ao longo do ano letivo. Não sou contra os critérios estabelecidos, mas sempre podemos repensar maneiras de melhorar, estabelecer metas, verificar se as metas foram alcançadas, olhar detalhadamente onde o nosso aluno avançou”. (Entrevista A2)

Sobre o futuro escolar dos alunos com deficiência, o que P1 espera é que a inclusão avance, através de políticas públicas, cada vez mais, fazendo uma escola para todos. As professoras A1 e A2 reconhecem que o futuro escolar dos seus alunos com deficiência é ainda incerto, mas acreditam que eles podem sim alcançar o êxito escolar.

“Uns conseguem um avanço mais considerável que os outros haja vista que cada um tem seu próprio ritmo. Acredito que muitos podem se formar e ser bons profissionais”. (Entrevista A1)

“Os alunos com deficiência apresentam capacidades cognitivas como qualquer outra criança, se estimuladas da maneira correta, certamente esse aluno avançará. Quanto à questão se vão chegar à universidade não sabemos, pois nem todos chegarão, como também acontecem com pessoas sem deficiência. Acredito que com o apoio da família, bem como com a ajuda de profissionais capacitados das mais diversas áreas os alunos com deficiência ganharão cada vez mais espaço e certamente os veremos ainda mais nas universidades, no mercado de trabalho, desenvolvendo suas vidas sociais de maneira exitosa”. (Entrevista A2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se por meio desta pesquisa que apesar de já ter tido muito avanço no que se refere à inclusão de alunos com deficiência nas escolas, este tema continua sendo um desafio para os professores que trabalham com a educação especial. Há ainda uma certa falta de políticas públicas que tornem esta inclusão mais natural tanto para os professores, quanto para os alunos.

Como dificuldades as professoras mencionaram que existe falta de investimento por parte do governo em pontos importantes, como na estrutura da Escola que dificulta o acesso de alunos com deficiência física e também nos equipamentos, materiais e instrumentos que auxiliam o desenvolvimento dos alunos. Conforme relatado, há poucos materiais para esse fim disponíveis na escola. Ficou evidenciado também, que ainda existe uma não aceitação, por parte de alguns pais, que não aceitaram a deficiência do filho, tornando o trabalho ainda mais difícil, tanto para o aluno como para o professor.

Percebeu-se que as professoras entrevistadas estão engajadas com a causa da inclusão, buscando o desenvolvimento dos seus alunos para que eles possam obter o êxito escolar e alcançar as mesmas oportunidades dos alunos regulares. Contudo, elas reconhecem que o futuro escolar dos seus alunos com deficiência é ainda incerto, mas que isso não quer dizer, de forma alguma, que eles não conseguirão ingressar na universidade ou exercer uma profissão.

O que se espera então, é que as políticas públicas de que tratam a inclusão de alunos com deficiência continuem sendo discutidas, pois este deve ser um trabalho contínuo, a fim de garantir ao aluno com NEEs maiores oportunidades não só na escola, mas também na sua vida diária, para que ele não se sinta diferente dos demais alunos. A escola deve então, incluir os alunos com deficiência, observando suas limitações, em todos os momentos escolares, afinal, eles são parte da escola, e devem ter seu direito à educação respeitado.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, G. F.; ARAÚJO, D. A. C. De volta a teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva. **Educação em Revista**, v.27, n.02, p.277-302, ago. 2011.
- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. pp. 481-486.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CASARIN, H. de C. S.; CASARIN, S. J. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: Ibpex, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** – São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, A. A. B. **A Prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental.** 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba/SP, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, R. L.; ROSS, P. R. 2008. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2018.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** – Brasília: Ministério da Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SANTOS, M. L. **Permanência dos alunos com necessidades especiais em classes comuns: a ótica dos professores de 5ª a 8ª séries.** 2010. 93 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, M. R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva.** 2011. 55 p. Monografia (Especialização) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2011.

UNESCO. **A educação especial: relatório sobre a situação atual e tendências de investigação da Europa.** UNESCO, 1968.